

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

Fernando Monteiro Melo¹



<http://lattes.cnpq.br/7592034502018053>



<https://orcid.org/0000-0001-5138-4970>

*O capitalismo cheira mal
Cheira mal
O capitalismo cheira mal
E todos
Sentem o cheiro
E todos tapam
O nariz
Em vez de abrir
E ver*

*De onde vem o fedor
Floh de Cologne – Der Kapitalismus stinkt [O capitalismo fede]*

Resumo

Este ensaio foi originalmente publicado no portal Crítica Desapiedada, sob o título “Notas sobre a Invasão da Venezuela pelos Estados Unidos”², sob uma perspectiva crítica e revolucionária diante dos acontecimentos recentes na Venezuela e das disputas interimperialistas que atravessam a conjuntura latino-americana. Trata-se de um esforço de interpretação que busca deslocar o debate para além das leituras moralistas, jurídicas ou meramente geopolíticas, recolocando a análise no espaço das relações de classe, da dinâmica do capitalismo contemporâneo e das formas renovadas de dominação imperialista. Parte-se da compreensão de que os acontecimentos não podem ser explicados pela simples oposição entre burguesias nacionais, mas pela lógica estrutural que articula Estado, capital e violência na reorganização da hegemonia mundial. Este ensaio procura, portanto, contribuir para uma leitura que recuse tanto a celebração acrítica das intervenções externas quanto a defesa automática das burguesias locais sob o discurso da soberania, afirmando a necessidade de uma posição internacionalista e anticapitalista diante da intensificação dos conflitos. Agradeço ao camarada Felipe Andrade do Crítica Desapiedada pelas leituras atentas, comentários e correções que contribuíram significativamente para o amadurecimento do texto. Que a crítica desapiedada do existente siga se fazendo valer, sem temer a realidade concreta, suas contradições e os desafios que impõe à reflexão e à prática política.

Palavras chave: hegemonias; Venezuela; Estados Unidos.

¹ Professor Substituto do Departamento de Geografia e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: fernando.monteirogeo@gmail.com.

² CRÍTICA DESAPIEDADA. **Notas sobre a invasão da Venezuela pelos Estados Unidos.** Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2026/01/06/notas-sobre-a-invasao-da-venezuela-pelos-estados-unidos-critica-desapiedada/>. Acesso em: 14 fev. 2026.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

ESSAYS ON HEGEMONIES: NOTES ON THE INVASION OF VENEZUELA BY THE UNITED STATES

Abstract

This essay was originally published on the Crítica Desapiedada website under the title “Notes on the Invasion of Venezuela by the United States,” offering a critical and revolutionary perspective on recent events in Venezuela and the inter-imperialist disputes that are shaping the Latin American political landscape. It is an interpretative effort that seeks to shift the debate beyond moralistic, legal or purely geopolitical readings, reframing the analysis within the context of class relations, the dynamics of contemporary capitalism and renewed forms of imperialist domination. It starts from the understanding that events cannot be explained by the simple opposition between national bourgeoisies, but by the structural logic that articulates state, capital and violence in the reorganisation of world hegemony. This essay therefore seeks to contribute to an interpretation that rejects both the uncritical celebration of external interventions and the automatic defence of local bourgeoisies under the discourse of sovereignty, affirming the need for an internationalist and anti-capitalist position in the face of intensifying conflicts. I would like to thank my comrade Felipe Andrade from Crítica Desapiedada for his careful reading, comments and corrections, which contributed significantly to the maturation of the text. May the ruthless criticism of the existing order continue to assert itself, without fear of concrete reality, its contradictions and the challenges it poses to reflection and political practice.

Keywords: hegemonies; Venezuela; United States.

Introdução

No dia 3 de janeiro de 2026, os Estados Unidos (EUA) realizaram ataques militares em território venezuelano e, em seguida, capturaram Nicolás Maduro e Cilia Flores, levando-os sob a justificativa de “cumprimento da lei” (acusação de narcotráfico/narco-terrorismo etc.). A própria Casa Branca, porém, deixou escapar o que de fato organiza a intervenção: Trump afirmou que os EUA pretendem “administrar”/“conduzir” a Venezuela por um período e explorar seu petróleo como eixo da estabilização e do “novo começo”.

Esse fato não é um detalhe, trata-se da chave interpretativa dessa intervenção. Quando uma potência imperialista entra, bombardeia, captura o chefe de Estado e anuncia tutela política e pilhagem energética, não estamos diante de um mero episódio policial de manchete diária. Estamos diante de uma intervenção militar aberta, usando tática de guerra, e a intervenção militar, no capitalismo, aparece como estratégia de resolução acelerada de contradições que já não cabem na diplomacia ou nos bloqueios econômicos.

Anti-imperialismo não é “anti-EUA”: é anticapitalismo

Reduzir o anti-imperialismo a uma simples posição “anti-EUA” é cair numa armadilha dupla. Em primeiro lugar, porque o imperialismo não é uma disposição moral, cultural ou psicológica de um Estado específico, mas uma forma histórica de competição internacional entre países capitalistas, na qual Estados nacionais, capital e aparatos militares se articulam para assegurar mercados, rotas estratégicas, matérias-primas, tecnologia, controle monetário e domínio geopolítico. O fato de os Estados Unidos seguirem como polo central da violência internacional “legítima” não elimina, nem relativiza, a existência de

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

outros polos imperialistas já consolidados e em consolidação, com suas respectivas redes de poder, cadeias logísticas e mecanismos financeiros que estruturam uma verdadeira cartografia armada da apropriação do mais-valor.

Em segundo lugar, a leitura “anti-EUA” costuma vir acompanhada de um pacote ideológico que opera como mecanismo de ocultação das relações de classe. Categorias como “soberania nacional”, “autodeterminação dos povos” e “defesa da democracia” são mobilizadas de forma abstrata, deslocando o conflito do terreno material da exploração para um plano moral e jurídico. Fala-se em nação para ocultar as classes sociais; invoca-se o povo para dissolver o proletariado enquanto classe historicamente revolucionária; exalta-se a democracia para naturalizar a forma política do capital. Na prática, esse discurso resulta na defesa do capital local (nacional), de sua subdivisão (estatal) e de suas frações, como se a burguesia mais fraca (“periférica”) fosse antídoto ao imperialismo, quando na realidade constitui uma de suas engrenagens fundamentais.

A consequência é uma inversão grotesca: setores que se reivindicam revolucionários passam a escolher entre “imperialismo bom” e “imperialismo mau”, como se a exploração pudesse assumir caráter religioso quando conduzida por outra bandeira. O que muda, nesse arranjo, não é o saque, mas apenas o administrador do saque.

Essa armadilha é ainda mais profunda porque desloca o conflito das relações sociais de classe para o campo da geopolítica. Ao transformar o imperialismo em atributo específico da política externa dos EUA, preserva-se intacta a lógica que o produz. O capitalismo aparece como neutro, enquanto a violência surge como desvio contingente. No entanto, é justamente a necessidade permanente de garantir mercados, assegurar matérias-primas estratégicas, controlar fluxos financeiros e disciplinar a força de trabalho que empurra os Estados capitalistas à expansão, à guerra e à tutela de territórios. A violência não é exceção; ela é um meio para regularizar a reprodução e redistribuição do mais-valor em escala mundial.

Sob essa perspectiva, a ascensão chinesa e a recomposição do poder russo não representam ruptura com o imperialismo, mas uma redistribuição interna de seus polos de dominação. Confundir mudança de polo hegemônico com superação da lógica imperialista é um erro recorrente. A expansão chinesa não se orienta por solidariedade “Sul-Sul”, mas pela necessidade de garantir estabilidade para sua acumulação, acesso à energia, controle de rotas e segurança das cadeias produtivas. Da mesma forma, a atuação russa em seu entorno não se explica por “defesa cultural”, mas pela disputa por sobrevivência enquanto potência regional no interior da concorrência mundial. Troca-se o centro, preserva-se o mecanismo.

É nesse ponto que o pacote ideológico reaparece com força total. “Soberania”, “autodeterminação” e “democracia” tornam-se categorias mistificadoras quando dissociadas das relações de classe. A “soberania” defendida é a do Estado enquanto aparato do capital, não a independência do proletariado sobre as condições de sua existência. A “autodeterminação” evocada é a do Estado-nação abstrato, não a autodeterminação do proletariado enquanto classe explorada, mas potencialmente revolucionária. A “democracia” celebrada é a democracia burguesa, plenamente compatível com exploração, alienação e repressão, desde que juridicamente administradas.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

Assim, o discurso anti-imperialista esvaziado passa a legitimar burguesias nacionais (frágeis), Estados capitalistas e projetos autocráticos sob a retórica da resistência externa. A classe trabalhadora é colocada diante de uma falsa escolha: submeter-se ao imperialismo estrangeiro ou alinhar-se ao capital nacional. Em ambos os casos, perde. O Estado capitalista mais fraco aparece como escudo, quando na realidade atua como correia de transmissão da exploração, negociando sua posição subordinada com Washington, Pequim ou Moscou.

Essa inversão desarma politicamente o proletariado, pois desloca sua luta contra o capital para interesses geopolíticos. Passa-se a defender sanções “necessárias”, bombardeios “progressistas” ou repressões “anti-imperialistas”, desde que executadas pelo bloco considerado correto. O resultado é um anti-imperialismo sem anticapitalismo, incapaz de romper com a lógica que produz tanto o imperialismo quanto suas guerras.

Um anti-imperialismo consequente exige romper com essa armadilha e deve ser, antes de tudo, uma posição anticapitalista, revolucionária e internacionalista. Esta posição não se define pela escolha entre blocos, mas pela independência de classe frente a todos os Estados e capitais. O imperialismo estadunidense não deve deixar de ser denunciado como política externa agressiva e projeto sistemático de pilhagem, tutela e violência, orientado pela recomposição de sua hegemonia em declínio.

Por outro lado, o anticapitalismo afirma-se concretamente somente ao se opor aos demais polos imperialistas, inclusive China e Rússia, e aos circuitos econômicos, financeiros e militares que os sustentam. A disputa entre blocos não é disputa por projetos emancipatórios, mas concorrência pelo domínio da exploração do mais-valor em escala mundial. Quando a crítica se limita a denunciar apenas um polo, ela acaba naturalizando os demais e abrindo espaço para novas formas de aliança entre os Estados. A multipolaridade, longe de significar justiça internacional, tende a significar multiplicação de zonas de conflito e de alianças, especialmente nos países capitalistas subordinados.

A posição anticapitalista exige também romper com a ilusão do “Estado periférico” (ou “dependente”, etc.) como aparato anti-imperialista. No caso venezuelano, a burguesia local e seu aparato estatal, sob retórica bolivariana, foram apresentados como forças de resistência ao imperialismo, operando uma possível mediação entre o capital e a classe trabalhadora. A experiência recente revela essa contradição com nitidez. O suposto discurso “revolucionário” tornou-se discurso governamental, o discurso governamental passou a ser política de repressão às classes inferiores³ e a repressão em estratégia permanente de controle social. A defesa acrítica desse “Estado periférico” em nome da ilusória soberania nacional apenas muda o discurso, mas se mantém a lógica fundamental do capital: a instrumentalização da classe proletária a serviço da acumulação de capital.

Além disso, o caso venezuelano expõe um problema mais amplo: a *recusa* de certos campos da “esquerda” (setores do bloco progressista) em sustentar uma posição de independência de classe em contextos de disputa interimperialista e o consequente *abandono* dessa posição por parte de setores ambíguos (e frágeis) do bloco revolucionário. Quando a crítica se dissolve na

³ Proletariado, lumpemproletariado, trabalhadores de serviços etc.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

lógica do “mal menor”, perde-se de vista que, para o proletariado, não há mal menor na escolha entre projetos de dominação. Há apenas formas distintas de resistir à mesma miséria.

O que é o governo Maduro: neoliberalismo e aumento da militarização

A sucessão de governos “socialistas” [Chávez e Maduro] e sua atual crise só podem ser compreendidas levando-se em conta que o socialismo de que se fala é, sem dúvida, um “socialismo” burguês. É a social-democracia instaurando seus governos “operários”, reivindicando a soberania nacional, a defesa da economia nacional, pretendendo governar para a classe que esmaga. Assim, com estatizações, uma grande renda proveniente do petróleo, uma enorme burocracia, muito nacionalismo e populismo, e pauladas e migalhas para a maioria do proletariado, é gerada a revolução bolivariana, e a Venezuela se constitui no bastião do tão na moda Socialismo do Século XXI.
El Mito de la Izquierda se cae de Maduro – Bolétin La Oveja Negra

O caráter imperialista da intervenção estadunidense não converte, por inversão automática, o governo Maduro em polo anti-imperialista. Essa lógica binária é uma das formas mais eficazes de desarme da crítica materialista, pois força a escolha entre aparelhos de dominação distintos, mas politicamente convergentes. No caso venezuelano, tal armadilha impede a compreensão do essencial: a crise política e financeira recente do país expressa a reorganização de um Estado rentista sob as condições mundiais do regime de acumulação integral, e não uma experiência de transição socialista bloqueada externamente.

A dependência extrema da renda petrolífera não foi superada; foi administrada até o seu limite. O Estado venezuelano passou a operar por meio de novos arranjos político-militares e empresariais, profundamente vulneráveis às oscilações do mercado mundial e às disputas interimperialistas. A queda do preço do petróleo e as sanções internacionais não explicam, por si só, a fragilidade do regime venezuelano; elas aceleram e tornam visíveis contradições já existentes: fragilidade produtiva, importação massiva de bens essenciais, corrupção sistêmica e captura do fundo público por redes político-militares.

Nesse contexto, a contenção da luta de classe não se dá pela ampliação de direitos, mas pela combinação de assistência focalizada, controle territorial e repressão. Políticas sociais “populistas” são substituídas por mecanismos seletivos de sobrevivência, por programas focalizados, emergenciais e condicionados, orientados à administração da escassez e à manutenção mínima da reprodução das condições de vida. Na Venezuela, essa dinâmica se expressa de forma exemplar nos *Comités Locales de Abastecimiento y Producción* (CLAP) e no *Carnet de la Patria*, que passaram a organizar o acesso a alimentos subsidiados e benefícios monetários em um contexto de colapso salarial e hiperinflação.

Longe de constituírem políticas sociais universais, esses dispositivos operam de maneira intermitente, territorialmente desigual e politicamente mediada, produzindo dependência material contínua e convertendo a sobrevivência cotidiana em estratégia de controle estatal. Nesse mesmo movimento, a militarização do cotidiano consolida-se como instrumento de

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

governabilidade, seja pela participação direta das forças armadas na gestão da distribuição de alimentos e da circulação de mercadorias, seja pela ampliação do controle territorial em bairros populares. A repressão política, por sua vez, passa a ser justificada enquanto defesa ilusória da “revolução” ou da “soberania nacional”, reclassificando manifestações populares como ameaças políticas, e completando um quadro de disciplinamento social no qual as classes inferiores são mantidas entre a dependência material e o medo político.

A diáspora venezuelana é expressão direta desse processo. Com cerca de 7,7 milhões de pessoas que deixaram o país desde 2014, aproximadamente 20% da população, a migração em massa indica os limites das condições de acumulação nesse território e do modo como o capitalismo venezuelano se insere na divisão social do trabalho mundial. Ela revela a dificuldade crescente do Estado de garantir condições mínimas de reprodução da força de trabalho para parcelas crescentes da população. Não se trata apenas de “fuga do bloqueio”, mas da desorganização profunda das condições de existência: o salário perde sentido, o trabalho se precariza e a sobrevivência passa a depender de remessas, informalidade ou deslocamento forçado.

Essa dinâmica indica a incapacidade crescente do capital e do Estado venezuelano de garantir condições mínimas de reprodução da força de trabalho, provocando sua expulsão como estratégia de sobrevivência para parcelas crescentes da população. A saída em larga escala de trabalhadores não elimina a acumulação, mas a reorganiza de forma regressiva, reduzindo a base produtiva interna, aprofundando a precarização do trabalho remanescente e reforçando a dependência de remessas, informalidade e circuitos externos de reprodução social.

No plano político, o fechamento institucional após 2017 não constitui episódio conjuntural, mas sinaliza a consolidação de um arranjo autocrático de estabilização da reprodução das relações capitalistas. A repressão a críticos, opositores e parcelas da sociedade civil se intensifica, impactando tanto setores do bloco progressista, quanto do bloco revolucionário, acompanhada pela deslegitimação das instituições burguesas, que se tornam meras fachadas, como as eleições. A defesa da “revolução” converte-se, progressivamente, no fortalecimento do aparato estatal e de frações da classe dominante local.

É nesse quadro que o chamado “Socialismo do Século XXI” se apresenta como ideologia de legitimação. Prometeu “socialização”, mas manteve a propriedade privada em sua forma estatal; prometeu poder popular, mas concentrou as decisões nas classes superiores (burguesia e burocracia); prometeu ruptura, mas reorganizou a exploração sob novas formas. A emergência da “boliburguesia” (os endinheirados venezuelanos) não é desvio moral, mas consequência lógica de um projeto que jamais rompeu com a centralidade do Estado como aparato privado da acumulação de capital. As classes inferiores pagam o custo desse arranjo por múltiplas vias: inflação, precarização, repressão e migração forçada.

O que os EUA buscam na Venezuela: petróleo, poder regional e demonstração de força

“O exército dos Estados Unidos é, de longe, o mais forte e feroz do planeta, com capacidades e habilidades que nossos inimigos mal conseguem imaginar. Não há equipamento como o que temos.”
“A indústria petrolífera da Venezuela esteve em colapso por muito tempo. Eles produziam quase nada em comparação com o que poderiam ter produzido. Nossas grandes empresas petrolíferas americanas irão investir bilhões de dólares para consertar a infraestrutura danificada e começar a gerar riqueza para o país.”
Trechos da coletiva de Donald Trump após o ataque à Venezuela (03/01/26)

O vínculo explícito entre controle territorial e petróleo revela algo essencial: a intervenção não é resposta excepcional a um “desvio autoritário”, mas continuidade de uma política de controle energético e disciplinamento estatal. Quando Trump fala em “controle temporário” associado à exploração do petróleo, ele apenas torna público aquilo que, durante anos, operou sob a forma técnica das sanções, licenças e exceções jurídicas. O petróleo venezuelano não é apenas uma *commodity*; ele é instrumento geopolítico, alavanca de pressão e elemento de barganha na disputa pela hegemonia energética em um contexto de reconfiguração global.

A política de sanções imposta pelos EUA significa uma ofensiva de classe, conforme argumenta Jamie Merchant. As sanções buscam favorecer os interesses da burguesia transnacional estadunidense, orientada por uma estratégia mundial com o objetivo de competir em condições mais favoráveis contra burguesias concorrentes e, simultaneamente, impor os seus interesses contra os trabalhadores (de diversos países), resultando em reacomodações favoráveis ao seu domínio.

Por meio da OFAC (*Office of Foreign Assets Control* – Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros), os EUA determinam quem pode produzir, vender, transportar e receber o petróleo venezuelano, quando e em que condições. As licenças concedidas ou retiradas ao longo dos últimos anos mostram que o objetivo nunca foi “isolar” totalmente a Venezuela, mas submetê-la a um regime de dependência administrada, no qual o Estado venezuelano só respira na medida em que aceita negociar sob termos impostos. A intervenção militar surge, assim, como radicalização de um controle que já era exercido por vias financeiras e jurídicas.

Esse movimento ganha sentido mais amplo quando se observa a posição geopolítica da Venezuela. O país ocupa uma posição estratégica no Caribe, articula-se com a Amazônia setentrional e influencia diretamente fluxos migratórios regionais. Além disso, tornou-se, nas últimas décadas, um espaço de penetração econômica e diplomática de China e Rússia na América Latina. A intervenção, portanto, não se dirige apenas a um governo específico, mas ao reposicionamento regional do poder. É um recado inequívoco: a América Latina segue sendo tratada como zona prioritária de dominação (estadunidense), onde desvios estratégicos (alianças com a China, por exemplo) não são tolerados.

Nesse sentido, a operação funciona como um recado regional. Ela ensina aos Estados nacionais da região quais são os limites aceitáveis de autonomia e quais alianças serão punidas. Mais do que derrubar um governo,

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

trata-se de reafirmar a capacidade dos EUA de intervir diretamente, inclusive militarmente, em um momento em que o seu domínio é contestado em outras frentes do capitalismo mundial. A violência não é apenas meio; ela é mensagem direta e efetiva.

O alegado “cinismo jurídico” cumpre papel decisivo nesse processo. A tentativa de enquadrar a intervenção como “operação de prisão” baseada em acusações criminais é exemplar da instrumentalização do direito como retórica posterior à ação. O direito internacional é cúmplice da intervenção; ele é convocado depois, de forma seletiva⁴, para oferecer um verniz de legalidade ao fato consumado. Quando especialistas apontam a ausência de autorização do Congresso e a fragilidade jurídica do argumento, o que se revela é a subordinação completa da legalidade à razão de Estado e aos interesses do capital.

Essa lógica não é nova, mas sua explicitação é sintomática. Ela indica que, no atual estágio do capitalismo, a distância entre força e norma se reduz. A legalidade deixa de ser um limite e passa a ser um recurso discursivo, acionado conforme a conveniência estratégica. A moralidade burguesa já não precisa sequer convencer e deliberar plenamente; basta impor e, depois, justificar.

Por fim, esse quadro reforça um ponto central: a intervenção não pode ser compreendida como resposta pontual a Maduro, nem como cruzada moral contra um regime autocrático. Ela expressa a resposta violenta da relativa perda de domínio estadunidense, em um cenário de competição acirrada com outros países imperialistas. O petróleo, o território e a demonstração de força se articulam como elementos de um mesmo movimento: garantir que, apesar do declínio relativo, os EUA sigam definindo quem governa, como governa e em benefício de quem se governa na região.

Para a classe trabalhadora venezuelana, e latino-americana, isso significa apenas uma coisa: a intensificação da instabilidade, da exploração e da militarização da vida social. O discurso ideológico da “legalidade” e da “democracia” serve apenas para camuflar o aspecto fundamental: trata-se de uma operação de poder, orientada pelos interesses do capital, em que a violência é o argumento final.

O significado do imperialismo hoje: conflitos regionais e concorrência pelo mercado mundial

A noção de guerra generalizada não deve ser entendida como anúncio imediato de um conflito mundial único e contínuo, como uma vindoura terceira guerra mundial, nos moldes das duas grandes guerras do século XX. As guerras

⁴ Importante notar que, até o momento da escrita desse texto, foram somente determinados setores progressistas nos Estados Unidos, certos governos neoliberais neopopulistas (“esquerda”) na América Latina e alguns países da União Europeia que alegaram a ilegalidade da intervenção dos EUA em relação ao direito internacional. Os *trumpistas* não recorreram ao direito internacional para justificar a intervenção. No geral, Hugo Alves observou bem essa contenda: “a ação [de intervenção à Venezuela pelos EUA] dividiu a opinião pública em dois polos: os que condenam a iniciativa, alegando que sua realização significou um ataque à soberania nacional do país, e os que estão aplaudindo, afirmando que a queda do ditador é uma grande vitória para o povo venezuelano.” Cf.: <https://criticadesapiedada.com.br/a-agressao-contra-a-venezuela-e-a-politica-estrategica-de-dominacao-dos-eua-hugo-alves/>.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

locais na contemporaneidade assumem uma forma difusa, permanente e escalonada de conflitos bélicos que poderão resultar na formação de dois grandes blocos imperialistas. O que se generaliza não é necessariamente o teatro de operações em escala mundial, mas a lógica da guerra local/regional e por procuração como estratégia regular de redistribuição do poder. Trata-se de uma guerra fragmentada, distribuída em múltiplos territórios, com intensidades variáveis, mas articulada por um mesmo princípio: resolver, pela força, contradições que já não encontram solução estável na economia ou na diplomacia.

A desaceleração relativa da potência dominante não implica perda imediata de capacidade de destruição ou de intervenção. Ao contrário, historicamente, momentos de declínio relativo tendem a produzir respostas mais agressivas, pois a violência passa a funcionar como instrumento de contenção da perda de domínio. A ascensão de novas potências, por sua vez, não ocorre em terreno neutro, mas em um mercado mundial já hierarquizado, no qual cada avanço implica deslocamento de interesses consolidados. A disputa entre blocos de Estados capitalistas, portanto, não é apenas econômica ou tecnológica; ela se traduz em conflitos territoriais concretos, onde se testam limites, alianças e capacidades militares.

A reorganização das potências imperialistas, das cadeias globais e do controle tecnológico intensifica esse processo. O capitalismo depende de infraestruturas críticas altamente concentradas: semicondutores, energia, dados, logística, rotas marítimas. A disputa por esses nós estratégicos transforma territórios inteiros em ativos geopolíticos. Guerras e intervenções deixam de ser apenas sobre “fronteiras” e passam a ser sobre circuitos. Controlar um porto, uma rota energética, um espaço aéreo ou um corredor logístico equivale a controlar fluxos de valor em escala mundial.

A financeirização e o endividamento completam esse quadro. A dívida funciona como instrumento de comando indireto, subordinando Estados e populações a agendas de ajuste, privatização e abertura. Quando esse mecanismo entra em crise, seja por insolvência, instabilidade política ou resistência social, a coerção tende a se deslocar do plano financeiro para o plano militar. A guerra aparece, então, como continuação violenta da disciplina econômica, garantindo, pela força, aquilo que o crédito já não consegue impor.

Nesse contexto, as guerras locais e regionais operam como laboratórios da dominação contemporânea. Nelas se testam armas, doutrinas militares, formas de controle da informação, regimes de exceção, tecnologias de vigilância e modelos de reconstrução econômica pós-conflito. Ucrânia, Palestina, Sudão e Venezuela não são anomalias isoladas, mas experiências concentradas de um processo mais amplo. Cada uma expressa, à sua maneira, a mesma tendência: transformar crises políticas e sociais em oportunidades de reposicionamento estratégico.

A linguagem ideológica que acompanha esses conflitos cumpre função essencial. Termos como “democracia”, “segurança” e “combate ao terrorismo” operam como dispositivos de legitimação, capazes de mobilizar opinião pública, neutralizar críticas e despolitizar a violência. Ao reduzir guerras a cruzadas morais, esconde-se sua finalidade material: controle de energia, rotas comerciais, moedas, territórios e populações. A moral serve para ocultar a economia da guerra.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

Ler esses conflitos como momentos de uma mesma tendência permite superar interpretações episódicas ou moralistas. A guerra, no capitalismo contemporâneo, não é acidente nem irracionalidade: ela é mecanismo de regulação destrutiva, capaz de reorganizar hierarquias, eliminar excedentes, redefinir alianças e conquistar regiões inteiras. O custo humano, mortes, deslocamentos, miséria, não é um efeito colateral indesejado, mas parte constitutiva desse processo.

Por isso, insistir que a guerra não é um desvio do capitalismo, mas uma de suas estratégias de funcionamento, é recolocar a crítica em seu terreno correto. Enquanto a análise permanecer no plano das escolhas geopolíticas ou das intenções morais dos Estados nacionais, perde-se de vista o essencial: é a própria lógica da acumulação de capital que exige, periodicamente, a violência aberta.

O impacto imediato para a classe trabalhadora venezuelana: entre o “salvador externo” e o “governante patriota”

A promessa de “libertação” é um elemento fundamental da propaganda de guerra, não um excesso retórico. Ela cumpre a função de converter violência em moral, destruição em necessidade histórica e morte em sacrifício legítimo. Ao anunciar que a intervenção visa libertar “um povo de um regime autoritário”, o imperialismo desloca o foco da análise: a guerra deixa de ser lida como redistribuição de poder e passa a ser apresentada como missão moral. No entanto, o descompasso entre discurso e realidade é sistemático, porque a libertação proclamada nunca se refere às condições materiais de vida da classe trabalhadora, mas à substituição de um arranjo político por outro mais funcional aos interesses externos.

A insegurança material ampliada é o primeiro e mais imediato efeito dessa operação. Guerras e intervenções desorganizam cadeias de abastecimento, destroem infraestrutura, encarecem bens básicos e corroem salários já fragilizados. A inflação de choque não é um acidente: ela resulta da ruptura deliberada de fluxos econômicos e da especulação que acompanha qualquer cenário de instabilidade. Para as classes inferiores, isso se traduz em condições de vida degradantes, em que o cotidiano é marcado pela incerteza permanente e pela necessidade de sobrevivência imediata. A migração, longe de ser escolha, torna-se estratégia compulsória de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, a intervenção externa reconfigura as disputas internas entre frações da classe dominante. A guerra não dissolve a burguesia local; ela a reorganiza. Militares, tecnocratas, empresários importadores, intermediários financeiros e redes ilegais disputam posições dentro do novo arranjo de poder. Alguns perdem acesso a recursos, outros se fortalecem como mediadores entre o capital externo e o Estado nacional. Essa recomposição interna é frequentemente apresentada como “transição democrática” ou “reconstrução institucional”, mas seu conteúdo real é a rearticulação da classe dominante local e suas classes auxiliares. O proletariado, novamente, não participa como classe independente: participa apenas como força de trabalho explorada ou como massa descartável.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

O recurso ao estado de exceção completa esse quadro. Diante da intervenção, tanto o governo atacado quanto os burocratas externos invocam a emergência como justificativa para suspender direitos, restringir liberdades e intensificar o controle social. No caso venezuelano, a resposta estatal baseada em mobilização e emergência tende historicamente a significar maior vigilância, repressão a dissensos e enquadramento da classe trabalhadora sob a lógica da defesa nacional e ideologias nacionalistas. A exceção torna-se regra, e a guerra funciona como acelerador do reacionarismo e mobilização de inimigos imaginários, independentemente de quem detenha formalmente o poder.

A conversão da classe trabalhadora em refém político é, talvez, o aspecto mais perverso desse processo. A burguesia externa instrumentaliza o sofrimento da população empobrecida para legitimar sua intervenção, apresentando-se como salvadora humanitária. A burguesia local, por sua vez, instrumentaliza o mesmo sofrimento para exigir lealdade, sacrifício e silêncio em nome da pátria ameaçada. Em ambos os discursos, a classe trabalhadora não aparece como classe independente, mas como classe explorada e alienada. Seu sofrimento é mobilizado, mas suas demandas materiais são adiadas indefinidamente.

Essa dupla captura tem um efeito político profundo: ela desorganiza a força política da classe. Ao ser convocado a escolher entre o invasor e o governante, o proletariado vê sua própria luta suspensa em nome de uma urgência que nunca se encerra. O conflito interno cria um tempo excepcional em que tudo pode ser adiado: reivindicações, auto-organização e luta coletiva. O conflito externo passa a funcionar como mecanismo de pacificação interna.

Desse modo, a intervenção estadunidense possui como objetivo a reorganização do domínio estatal e regional, e os efeitos materiais dessa reorganização recaem quase integralmente sobre as classes inferiores. A guerra sempre redistribui custos e benefícios de forma desigual: os custos são socializados entre trabalhadores e desempregados; os benefícios são apropriados por Estados e capitais reorganizados.

Em última instância, a promessa de libertação funciona como ideologia compensatória. Ela oferece um sentido moral para uma experiência material de perda, medo e destruição. Desmascarar essa promessa significa recusar a ideia de que a violência estatal possa ser caminho de emancipação.

Fecho provisório: o “vento de guerra”⁵ como estratégia de controle social

A captura de Maduro e a intervenção aberta não são apenas um “excesso” ou uma decisão conjuntural de política externa; elas indicam uma inflexão qualitativa na forma como os Estados Unidos lidam com sua perda relativa de hegemonia. Quando os mecanismos tradicionais de controle, sanções, bloqueios financeiros, pressões diplomáticas, mediações institucionais, deixam de produzir os efeitos desejados, a força militar deixa de ser ameaça implícita e passa a ser instrumento direto de dominação.

⁵ Fecho provisório significa uma ação de momento, uma solução ou mecanismo de fechamento temporário. Por “vento de guerra” queremos dizer que, ao não saberem ainda o que será feito – após a intervenção na Venezuela –, o temor pela guerra se torna o modo como a gestão da ação é desenvolvida inicialmente.

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

Esse movimento carrega uma contradição central: ao recorrer à força aberta, os EUA reafirmam poder, mas também exibem fragilidade estrutural. A intervenção militar funciona como demonstração de capacidade, mas, ao mesmo tempo, como confissão de que a hegemonia já não se sustenta apenas por regras jurídicas, instituições ou mercado. Essa dinâmica tende a estimular respostas simétricas ou assimétricas dos demais polos imperialistas, que passam a reforçar alianças, acelerar processos de militarização e buscar zonas próprias de influência. O resultado é a multiplicação de frentes de tensão, com conflitos localizados, guerras por procuração e o aumento da instabilidade.

Nesse cenário, a violência se intensifica e passa a ser um fenômeno com maior regularidade na vida das classes inferiores. A violência intensificada significa fronteiras militarizadas, vigilância ampliada, estados de exceção normalizados e precarização contínua do trabalho. Significa também deslocamentos humanos em escala crescente, com milhões de pessoas convertidas em refugiados, migrantes forçados ou populações “sob tutela”. A barbárie cotidiana se apresenta como erosão lenta e sistemática das condições de existência, legitimada por discursos de segurança e emergência.

É justamente aí que operam duas formas de chantagem. A primeira é a chantagem dos que defendem o lado “imperialista”. Nessa perspectiva, o conjunto das classes inferiores é convocado a celebrar o invasor como libertador, prometendo que a violência externa abrirá caminho para democracia, prosperidade e direitos. Essa promessa é falsa, porque a intervenção do invasor não visa emancipar, mas reorganizar a exploração sob novas formas e novos mediadores. A libertação oferecida é sempre condicional, seletiva e subordinada aos interesses do capital externo.

A segunda chantagem é daqueles que defendem a perspectiva “nacionalista”, expressando os interesses da classe dominante local (no caso, venezuelana). Para esses indivíduos, o proletariado é obrigado a suspender suas reivindicações de classe, sacrificar sua vida e aceitar a repressão em nome da defesa da pátria ameaçada. Aqui, a exploração interna é naturalizada como preço inevitável da soberania nacional. A burguesia local se apresenta como guardiã da nação, enquanto intensifica o controle social, silencia dissensos e converte o conflito bélico em instrumento de pacificação interna. O trabalhador comum é convocado a morrer por uma classe capitalista que, em tempos “normais”, o explora sem hesitação.

Essas duas chantagens se alimentam mutuamente. Quanto mais agressiva a intervenção externa, mais eficaz o discurso nacionalista interno; quanto mais autocrático o Estado local, mais legitimada aparece a retórica “libertadora” do imperialismo. O proletariado é esmagado entre essas duas forças, sem representação própria, sem poder autônomo e sem horizonte que não seja o da sobrevivência.

Nesse sentido, o anticapitalismo é expressão de uma posição estratégica diante do capitalismo contemporâneo e de sua tendência à guerra generalizada. Ele afirma que não há saída emancipatória na escolha entre blocos e Estados nacionais, e que a única perspectiva capaz de romper com a barbárie passa pelo ressurgimento da política revolucionária do proletariado, contra todos os projetos de dominação, internos e externos.

É aqui que a afirmação “o principal inimigo está em casa” ganha conteúdo revolucionário. Não se trata de um nacionalismo invertido, mas do

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

reconhecimento de que a dominação se organiza a partir das relações internas de classe. É a burguesia local, em suas frações (bancária, industrial, bélica, etc.), que estrutura o trabalho assalariado, apodera-se do lucro, distribuindo as suas migalhas, controla o território e define as condições de reprodução das relações de classe. O imperialismo externo não age no vazio; ele se apoia nessas estruturas, negocia com elas e as reforça.

O anticapitalismo, portanto, não se limita a dizer “não” à intervenção externa; ele diz não à totalidade das formas de dominação que tornam essa intervenção possível. Ele afirma que não há emancipação pela via da guerra entre potências, nem pela tutela de Estados fortes, nem pela escolha de blocos “menos ruins”. Sua referência não é a nação abstrata, mas a classe trabalhadora concreta, em suas condições materiais de existência no capitalismo mundial. Assim, ele recoloca a luta no terreno onde ela pode, de fato, produzir ruptura revolucionária: contra o capital, contra seus Estados e contra suas guerras, venham elas com bandeira estadunidense, chinesa, russa ou venezuelana.

A reorganização do domínio dos blocos imperialistas: EUA, China e Rússia – o que precisamos entender

A política imperialista não é obra de um país ou de um grupo de países. É o produto da evolução mundial do capitalismo num dado momento da sua maturação. É um fenômeno por natureza internacional, um todo inseparável que só se compreende nas suas relações recíprocas e ao qual nenhum Estado poderá escapar.
Rosa Luxemburgo – A Crise da Social-Democracia (1916)

O atual regime de acumulação, o integral, tem atravessado o seu ciclo de dissolução e passa a ser marcado por uma redistribuição do domínio imperialista em escala mundial, resultado direto do esgotamento relativo da chamada ordem unipolar consolidada após o fim da Guerra Fria. O que se observa não é o declínio do imperialismo enquanto forma histórica do capital, mas a sua mutação e recomposição em novos blocos concorrentes, cada qual articulando poder econômico, militar, tecnológico e político sobre espaços regionais estratégicos.

Em termos mundiais, delineiam-se dois grandes blocos imperialistas em desenvolvimento. De um lado, o bloco liderado pelos Estados Unidos, que mantém sua centralidade militar e financeira, articulando alianças tradicionais na Europa Ocidental, especialmente por meio da OTAN, e buscando preservar sua hegemonia sobre rotas energéticas, mercados financeiros e zonas historicamente subordinadas, como a América Latina. De outro, o bloco que tem a China como principal potência emergente, articulando-se com Estados como Rússia e Irã, combinando expansão econômica, investimentos em infraestrutura, controle tecnológico e alianças militares e energéticas.

Essa polarização não deve ser interpretada como uma disputa entre “modelos civilizatórios” ou entre “democracia/fascismo” e “autocracia/socialismo”, mas como uma concorrência entre capitais e Estados pela direção do capitalismo mundial. A ascensão chinesa, baseada em forte intervenção estatal, controle de setores estratégicos e expansão externa via

ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA PELOS ESTADOS UNIDOS

investimentos e crédito, não rompe com a lógica imperialista; ao contrário, a atualiza sob novas formas. Do mesmo modo, a Rússia atua como potência imperialista regional, buscando reafirmar sua influência no leste europeu e no espaço pós-soviético, utilizando-se de poder militar, energia e alianças para garantir sua posição na hierarquia mundial.

No plano regional, essa reorganização assume contornos ainda mais nítidos. No Extremo Oriente, a China projeta sua hegemonia sobre o Sudeste Asiático e áreas do Pacífico, disputando rotas comerciais, cadeias produtivas e influência político-militar. No leste europeu, a Rússia atua como polo imperialista regional, em choque direto com a expansão do bloco euro-atlântico, convertendo a região em uma das principais frentes da guerra interimperialista contemporânea. Já na América Latina, os Estados Unidos seguem tratando o continente como zona prioritária de influência, não apenas por razões históricas, mas por sua centralidade estratégica atual: recursos naturais, biodiversidade, energia, controle territorial e contenção da presença chinesa.

Pensar os blocos de interesses regionais no continente americano exige reconhecer que a América Latina não é um espaço “à margem” de disputa, mas um território-chave da recomposição hegemônica dos EUA. A intensificação de sanções, intervenções diretas, golpes institucionais, tutela política e presença militar deve ser compreendida como parte de uma estratégia mais ampla de reafirmação do poder imperialista estadunidense diante do avanço chinês na região, especialmente via investimentos em infraestrutura, mineração, energia e logística.

Nesse sentido, a reorganização dos blocos imperialistas não aponta para um mundo “multipolar” mais justo, mas para uma multiplicação das zonas de conflito, em que Estados mais fracos tornam-se campos de disputa entre potências mais avançadas. O resultado concreto dessa dinâmica não é a emancipação humana, mas o aprofundamento da exploração, da militarização e da instabilidade política. A hegemonia se reorganiza, mas a lógica permanece: a do capital em busca de valorização, agora cada vez mais mediada pela força armada e pela intervenção militar aberta. Diante desse cenário, nenhum Estado nacional escapa das garras dos conflitos interimperialistas e uma revolução proletária deverá, necessariamente, afirmar-se como uma revolução mundial.

Referências e leituras recomendadas

BOLETÍN LA OVEJA NEGRA. **El mito de la izquierda se cae de maduro**. 2014. Disponível em: <https://boletinlaovejanegra.blogspot.com/2014/04/el-mito-de-la-izquierda-se-cae-de-maduro.html>. Acesso em: 14 fev. 2026.

CORONIL, Fernando. **El Estado mágico**: naturaleza, dinero y modernidade em Venezuela. Caracas: Nueva Sociedad, Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela, 2002. Disponível em: <https://epulahistoria.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/6-el-estado-mc3a1gico-fernando-coronil.pdf>.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-Colonialismo: do Eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber**:

**ENSAIOS DE HEGEMONIAS: NOTAS SOBRE A INVASÃO DA VENEZUELA
PELOS ESTADOS UNIDOS**

eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 55-87. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624095004/7_Coronil.pdf.

LUXEMBURGO, Rosa. **A crise da social-democracia**. Lisboa: Editora Presença, 1974. 207p.

MERCHANT, Jamie. Tariffs as class offensive. **Libcom.org**, 2025. Disponível em: <https://libcom.org/article/tariffs-class-offensive-jamie-merchant-2025>.

SANTOS, Rayssa da Silva. MELO, Fernando Monteiro. SANTANA, Paola Verri de. Estado, Neoliberalismo e Políticas Públicas: os venezuelanos em Manaus (AM). In: XXI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – Ideias, políticas e práticas em territorialidades do Sul Global, 2025, Curitiba. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2024. p. 1-24. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122908>.

VIANA, Nildo. A acumulação integral e a dinâmica do capitalismo contemporâneo. **Revista Despierta**, Curitiba, ano 09, n. 12, p. 17-37, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rd/article/view/1334>.

VIANA, Nildo. Blocos Sociais e Luta de Classes. **Revista Enfrentamento**, v. 10 n. 17 (2015). Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/425/401>.

VIANA, Nildo. Breve história do neoliberalismo. **Revista Enfrentamento**, n. 05, p. 4-10, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/792>.

VIANA, Nildo. Classes Superiores e Classes Inferiores. **Revista Espaço Livre**, v. 17 n. 34 (2022). Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/1412/1270>.

VIANA, Nildo. Estado e acumulação de capital. **Revista Enfrentamento**, Goiânia, ano 12, n. 21, p. 48-58, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/renf/article/view/398>.

VIANA, Nildo. **O capitalismo na era da acumulação integral**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2009. 315p.

ZIBECHI, Raúl; MACHADO, Decio. **Os limites do progressismo**: sobre a impossibilidade de mudar o mundo de cima para baixo. Rio de Janeiro: Consequência, 2017. 160p.

*Recebido em: 13/02/2026
Aprovado em: 15/02/2026
Publicado em: 16/02/2026*